



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS
1º TRIMESTRE DE 2016**

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ATIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
POSIÇÃO FINANCEIRA	10
PERSPETIVAS PARA 2016	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14

1º TRIMESTRE DE 2016**RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Março de 2016 e o respetivo Anexo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidos pela *International Standards Comimittee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De referir que por se tratar de divulgação intercalar de informação, a mesma não foi auditada.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas SA é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 euros, que estão admitidas à negociação em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. em Maio de 2008 e consequente aumento de capital.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica SA tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por 100% da atividade do Grupo.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Março de 2016:

EMPRESA	Atividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica SGPS, SA	Gestão Participações Sociais	2-fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização da Lisgráfica (PER) apresentado em finais de 2012, o qual tinha sido

aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A mencionada sentença de homologação transitou em julgado em 03 de Dezembro de 2013, conforme Certidão emitida em 17 de Fevereiro de 2014, a qual vincula todos os credores ao referido Plano de Revitalização. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da Lisgráfica quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira. Os impactos continuam a registar-se neste e futuros exercícios, e estão detalhados no anexo às contas do período.

Durante o trimestre não se verificaram factos relevantes com impacto nas Demonstrações Financeiras da empresa.

A economia portuguesa apresentou no trimestre um ligeiro crescimento de 0,8% em termos homólogos, e 0,1% face ao trimestre anterior, o que denota uma desaceleração no ritmo de crescimento e concretiza um cenário de estagnação, já iniciada no final do ano anterior.

Para este comportamento contribuiu o desempenho negativo das exportações e do investimento, pese embora o consumo privado tenha apresentado um crescimento face ao último trimestre de 0,5%. De salientar o facto de Portugal apresentar um crescimento do PIB no trimestre, muito inferior à média dos parceiros comunitários.

O desemprego inverte a tendência de decréscimo e no final de Março situa-se nos 12,4%, que compara com 12,2% no final de 2015.

A taxa de inflação média no final do trimestre é de 0,6%, que contrasta com 0,5%, no ano anterior.

A generalidade das empresas regista ainda níveis baixos de procura, com consequência nos níveis de actividade, o que levou a que a maioria tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são uma excepção à redução da procura; este sector é ainda penalizado pela mudança de hábitos de leitura com reflexo nas vendas de jornais e revistas. Os principais editores registam uma redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas. A nível dos produtos comerciais (catálogos e folhetos) tem-se verificado um ligeiro crescimento, nomeadamente no que se refere às empresas de grande distribuição alimentar.

O investimento publicitário, no caso da imprensa escrita, regista um decréscimo gradual. Os maiores editores de publicações semanais e mensais, que são dos principais clientes da Lisgráfica, apresentam no trimestre uma tendência generalizada de queda de circulação dos seus títulos. O que se traduziu na redução da tiragem e do número médio de páginas por edição.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da Empresa mãe, tal como em anos anteriores.

No primeiro trimestre de 2016 as vendas de produtos situaram-se a níveis do anterior, pese embora a atividade tenha ficado ligeiramente abaixo do período homólogo. Para este facto contribui acima de tudo o aumento de faturação com incorporação de papel.

A atividade do Grupo é marcada pela continuada redução do número de cadernos impressos (redução de tiragem e nº de páginas) em consequência do decréscimo no investimento publicitário nos *media* e das políticas de marketing das principais marcas comerciais. A faturação líquida atinge os 4,7 milhões de euros, que compara com 4,6 milhões no exercício anterior.

Para além das reduções de tiragens e páginas, esta variação é ainda influenciada pela alteração do mix de produto como a seguir se indica:

- Faturação de impressão + papel (+13,5%)
- Faturação apenas de serviços de impressão (-3,7%)

Verificou-se, ao nível de processo produtivo, a adaptação dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento de forma a ajustar a capacidade disponível face ao volume de trabalho e à redução do número de trabalhadores.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2016 31-mar	2015 31-mar	Var. 15/16 Em €	Var. 15/16 Em %
Revistas	2.720	2.771	-51	-1,8%
Jornais/suplementos	815	843	-28	-3,3%
Catálogos e Folhetos	876	813	63	7,7%
Listas	100	59	41	69,5%
Outros	185	138	47	34,1%
TOTAL	4.696	4.624	72	1,6%

A análise por segmento confirma a tendência do ano anterior com uma quebra de vendas, nos segmentos Revistas e Jornais/Suplementos; esta redução foi compensada pelo aumento nos restantes segmentos.

No início de 2016 manteve-se a impressão de Listas Telefónicas para um país da América Central, o que justifica na totalidade o valor desta rubrica; de referir que não houve qualquer trabalho para as Listas Telefónicas do Continente e Ilhas uma vez que deixaram de ter edição em suporte de papel.

Durante o primeiro trimestre de 2016 destacam-se como principais acontecimentos nas empresas subsidiárias:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS S.A.

Esta empresa foi constituída em meados do exercício de 1999 e ao longo dos anos a sua atividade limitou-se à gestão de participações sociais.

Esta empresa gera no trimestre um resultado negativo de cerca de 3 mil euros, que se referem a custos suportados com apoio administrativo e jurídico neste período.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise; ajustada dos efeitos considerados extraordinários, como sejam indemnizações, mais e menos valias de vendas de ativos fixos tangíveis, os quais se encontram incluídos na rubrica de Proveitos/Custos não Correntes.

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º TRIM. 2016/2015

DESCRIÇÃO	2016		2015		Var. 15/16	Var. 15/16
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	4.696	96%	4.624	96%	72	1,6%
Outros Proveitos Operacionais	175	4%	199	4%	-24	-12,1%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	4.871		4.823		48	1,0%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	1.462	30%	1.385	29%	77	5,6%
Fornecimentos e S. Externos	1.416	29%	1.456	30%	-40	-2,7%
Custos Com Pessoal	1.508	31%	1.455	30%	53	3,6%
Amortizações e Ajustamentos	331	7%	583	12%	-252	-43,2%
Perdas de Imparidade	0	0%	0	0%	0	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	43	1%	54	1%	-11	-20,4%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	4.760		4.933		-173	-3,5%
RESULTADO CORRENTE - €	111		-110		221	200,9%
RESULTADO CORRENTE / TOTAL PROVEITOS CORRENTES - %	2,3%		-2,3%		4,6%	199,9%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes	-328		-272		-56	-20,6%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-217		-382		165	43,2%
EBITDA - €	442		473		-31	-6,6%
EBITDA / TOTAL PROVEITOS CORRENTES- %	9,1%		9,8%		-0,7%	

EBITDA = Result. Operacional+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade + Outros Custos e Outros Proveitos não Corrent

- PROVEITOS CORRENTES**

Os Proveitos Correntes Consolidados cifram-se em cerca de 4,9 milhões de Euros, dos quais 96% provêm diretamente das vendas e 4% de outros proveitos e serviços prestados.

Comparativamente com o exercício anterior, registam um aumento de aproximadamente 1,0%; a variação registada nas vendas é explicada, essencialmente, pelo desempenho da atividade, devidamente detalhada na página 5.

• CUSTOS CORRENTES

Os Custos Correntes apresentam um decréscimo de cerca de 3,5% face ao ano anterior, consequência da redução nos Fornecimentos e Serviços Externos e nas Amortizações bens de imobilizado, a nível da empresa mãe.

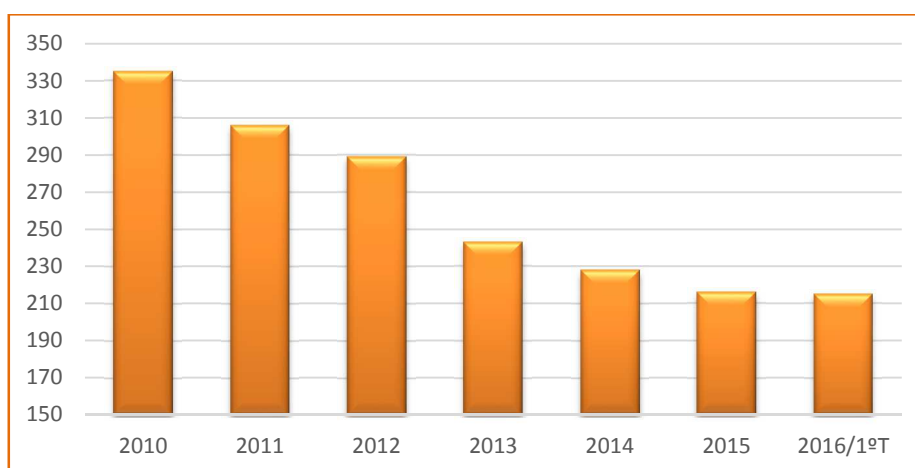
Analisando em detalhe a evolução dos Custos Correntes Consolidados, é de referir:

- Na rubrica CMVC a variação de 5,6% resulta principalmente do aumento de custos com papel uma vez que em 2016 a faturação com incorporação e papel foi superior à do ano anterior. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos do Grupo e evolução da atividade;

- Nos Fornecimentos e Serviços Externos o decréscimo de 2,7% resulta da evolução conjugada de vários fatores, entre eles, a diminuição no custo com Rendas de Instalações e Energia. A generalidade dos custos que compõem esta rubrica também apresenta um decréscimo, mas de menor monta, com exceção da rubrica Manutenção de Equipamentos;

- Quanto aos Custos com Pessoal, a variação de 3,6% deve-se ao aumento com os custos com trabalho extraordinário, que foi necessário realizar no início do ano, para concluir em tempo alguns trabalhos adjudicados no final de 2015. No final do ano anterior o grupo tinha 216 trabalhadores e no final deste trimestre o número tinha passado para 215;

EVOLUÇÃO Nº TRABALHADORES 2010/2016



- As Amortizações e Ajustamentos apresentam um decréscimo de 43% pelo efeito da revisão da vida útil dos equipamentos de produção que ainda não estavam totalmente amortizados. Esta alteração aumentou em cerca de cinco anos a vida útil de alguns equipamentos, e foi efetuada após solicitada a revisão de critérios junto da Autoridade Tributária. Neste valor

estão ainda incluídos 28 mil Euros relativos a amortização do justo valor do contrato de impressão de um dos principais clientes.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 2016/2015

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2016 31-mar	2015 31-mar	Var. 15/16 em €	Var. 15/16 em %
Resultado Corrente	111	-110	221	201%
Resultado Operacional	-217	-382	165	43%
Resultado Financeiro	-420	-492	72	15%
Imposto S/ Rendimento	118	112	6	-5%
Resultado Líquido	-519	-762	243	32%

• **RESULTADO CORRENTE**

O Resultado Corrente Consolidado do trimestre passa a ser positivo e ultrapassa os 100 mil euros.

A rubrica Proveitos/Custos não Recorrentes engloba única e exclusivamente a atualização do valor da dívida PER, de fornecedores e outras entidades, reportado ao final do trimestre no total de 328 mil euros.

• **RESULTADO OPERACIONAL**

O Resultado Operacional Consolidado é ainda negativo em 217 mil euros, no entanto melhor que o verificado no período homólogo, a que corresponde uma variação de + 43%.

Se expurgarmos os efeitos do registo contabilístico do PER, nomeadamente, a atualização do justo valor dos passivos em 2016, o valor do Resultado Operacional seria positivo em cerca de 111 mil euros.

Também nesta análise é evidente a recuperação do resultado operacional consolidado do Grupo.

- **EBITDA**

O EBITDA Consolidado do trimestre mantém-se positivo, sendo de 442 milhares de euros, que corresponde a 9,1% dos Proveitos Correntes.

- **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro engloba essencialmente os custos financeiros do endividamento e atualização do desconto das dívidas a credores (entidades Financeiras) no âmbito do PER e outras dívidas a credores fora do âmbito do PER.

A variação ocorrida face ao exercício anterior decorre de em 2015 se terem registado proveitos no âmbito do PER, pelo acerto dos créditos de leasing, o que não ocorreu neste exercício.

- **IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Na rubrica Imposto sobre o Rendimento estão incluídos 122 mil euros referentes à reversão do Imposto Diferido Passivo decorrente do desconto das dívidas a credores no âmbito do PER.

- **RESULTADO LÍQUIDO**

O Resultado Líquido Consolidado de 2016 situa-se nos - 519 mil euros, o que corresponde a uma melhoria de aproximadamente 32% no resultado consolidado.

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO – 2016/2015

<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>	2016 31-mar	2015 31-mar
Resultado Líquido Consolidado	-519	-762
Efeitos PER	550	514
Impostos Diferidos PER	-122	-116
Resultado Líquido Consolidado sem efeitos PER	-91	-364

Se expurgarmos os efeitos do PER, previamente identificados, comparativamente com o trimestre homólogo o Resultado Líquido Consolidado melhora substancialmente e em 2016 e quase atinge valores positivos.

POSIÇÃO FINANCEIRA

De seguida, apresentamos os comentários a cada um dos principais grupos que compõem a Posição Financeira Consolidada.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2016/2015

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2016 31-mar	2015 31-dez	Var. 15/16 em €	Var. 15/16 em %
Ativos não Correntes	14.049	14.427	-378	-3%
Ativos Correntes	7.021	6.941	80	1%
TOTAL ACTIVO	21.070	21.368	-298	-1%

Capital Próprio	-13.548	-13.029	-519	-4%
Passivo não Corrente	22.437	22.352	85	0%
Passivo Corrente	12.181	12.045	136	1%
TOTAL PASSIVO + SIT. LÍQUIDA	21.070	21.368	-298	-1%

- **ATIVO NÃO CORRENTE E CORRENTE**

As principais variações ocorridas no Ativo Líquido verificam-se nos Ativos não Correntes, e resultam do efeito conjugado da redução dos Ativos Fixos Tangíveis, pelo facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico e pelo facto de ter sido revista a vida útil dos equipamentos de produção que ainda não se encontravam totalmente amortizados, tendo resultado num aumento da vida útil desses equipamentos em cerca de 5 anos.

- **CAPITAL PRÓPRIO**

Nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no exercício. O Capital Próprio Consolidado em 31 de março de 2016 fixa-se nos 13.548 milhares de euros negativos.

- **PASSIVO NÃO CORRENTE E CORRENTE**

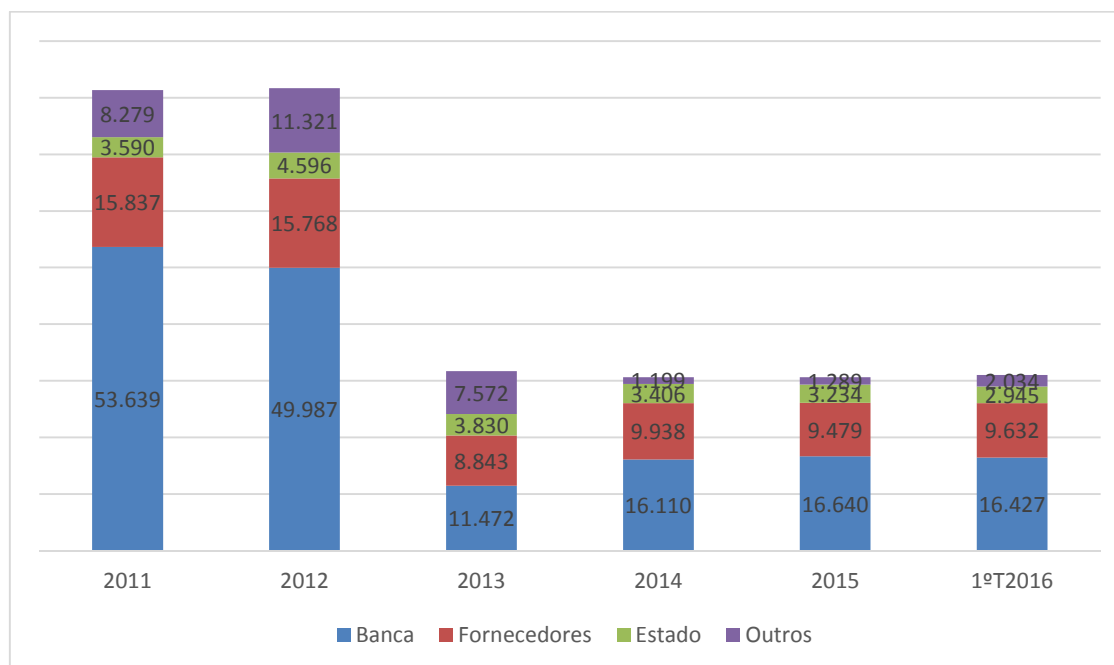
No Passivo não Corrente a variação deve-se essencialmente ao efeito da atualização da dívida financeira e a fornecedores.

No Passivo Corrente a redução decorre do impacto do início de pagamento de dívidas a algumas instituições financeiras, de acordo com o previsto no PER.

De salientar que durante o exercício o Grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social, bem como as prestações

definidas e aprovadas no âmbito do Plano Especial de Revitalização para as diversas categorias de créditos elencadas no plano.

EVOLUÇÃO ENDIVIDAMENTO (a) - 2011/2016



(a) – Passivo não Corrente + Passivo Corrente, excluído dos Passivos por Impostos Diferidos

No sentido de auxiliar a análise do impacto da única subsidiária nas contas consolidadas, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores nos dois últimos exercícios da Gestigráfica Soc. Gestora Participações Sociais, S.A. (conforme contas individuais da participada):

GESTIGRÁFICA SOC. GESTORA PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DESCRIÇÃO	1ºT 2016	dez-15	Var. 15/16
Activo Líquido Total	335,7	335,7	0,0
Passivo Total	44,5	41,3	3,2
Capital Próprio	291,2	294,0	-2,8
Capital Social	52,5	52,5	0,0
Resultado Líquido	- 2,9	- 1.417,9	1415,0
Vendas Líquidas	0,0	1,0	-1,0

(Valores em milhares de Euros)

Conforme anteriormente referido, os resultados do ano desta participada são negativos em 2,9 milhares de euros, relevando na sua totalidade para as contas do Grupo.

PERSPETIVAS PARA 2016

Tendo em conta a evolução recente do PIB as estimativas de crescimento da economia portuguesa para este ano foram revistas para aproximadamente 1,3%.

No entanto, a recuperação económica continua a ser condicionada pela continuação do processo de consolidação orçã. De igual modo, os sinais de abrandamento das principais economias emergentes estão a resultar em alguma turbulência dos mercados o que pode ser mais um indicador da fragilidade da recuperação económica.

No sector de atividade onde o Grupo Lisgráfica se enquadra os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que a dependência face ao comportamento do investimento publicitário é elevada, e as recentes estimativas apontam para um ligeiro decréscimo ainda em 2016 e em especial na imprensa. Este facto vai continuar a condicionar o sector da imprensa com uma redução continuada nas tiragens. No entanto, algumas das grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) devem continuar a registar a ligeira recuperação iniciada em 2015.

Tendo em consideração estes pressupostos, o Grupo estima que para 2016 a faturação vá apresentar uma redução entre 1,5% a 2% face ao verificado neste exercício. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção que se antevê para o próximo exercício.

O Grupo, e em concreto a Empresa Mãe, através da implementação de medidas de reestruturação interna, antevê melhorar o desempenho dos indicadores económicos, nomeadamente, do EBITDA para os próximos anos. Prevê-se assim que 2016 se mantenha o ciclo de resultados correntes positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de março de 2016.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste trimestre.

Como já referido, o PER da Lisgráfica transitou em julgado por Certidão emitida pelo Tribunal em fevereiro de 2014. As medidas previstas no Plano de Revitalização foram implementadas na sua quase totalidade, e o seu efeito é nítido na melhoria dos resultados da empresa, que apesar de negativos apontam para uma inversão da trajetória de degradação.

Queluz de Baixo, 26 de maio de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, catálogos, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de publicações, impressos comerciais e listas telefónicas.

O processo Especial de Revitalização ("PER"), requerido pela Empresa em finais de 2012, transitou em julgado em 3 de dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

No 1º trimestre de 2016, o efeito das medidas operadas no âmbito do referido Plano, assim como a renegociação subsequente relacionada com as dívidas reestruturadas no âmbito do PER, teve o seguinte impacto negativo de 398 031 euros nos resultados da Empresa:

. Descontos de dívida (regularizações)	(520 295 euros)
. Impostos diferidos passivos (reversão)	122 264 euros

Os efeitos do PER estão detalhados nas notas respetivas.

De referir, adicionalmente, que desde a apresentação do PER que a Empresa cumpre atempadamente as suas responsabilidades ao abrigo do referido plano.

Estas Demonstrações Financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de maio de 2016.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 38,68% do capital social.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2015, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral consolidado. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação financeira na empresa, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do goodwill ou badwill.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados em resultados do exercício quando incorridos.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das Empresas do grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda funcional e de relato do grupo é o Euro.

2.4 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão com a Heska Portuguesa, S.A. ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Classe Homogénea</u>	<u>Anos</u>
Sotware	3
Direitos contratuais	13

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

A vida útil estimada dos ativos é revista a cada data de relato financeiro, sendo qualquer alteração identificada aplicada prospetivamente.

2.6 Imparidade de ativos

O Grupo efetua a avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill, os Ativos Intangíveis sem vida útil definida e os Ativos Intangíveis em curso são testados por imparidade anualmente.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Existências

As existências do Grupo correspondem essencialmente a papel, tintas e chapas.

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio.

2.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O justo valor de ativos financeiros é mensurado com base preços observáveis em mercado ativo, ou em métodos/técnicas de avaliação, quando o mercado ativo é inexistente. Um mercado é tido por mercado ativo quando os seus agentes transacionam regularmente.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontrem cotados em mercados líquidos, são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização a curto prazo (passivos financeiros detidos para negociação e instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura) são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expirem.

2.9.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.9.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.9.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda correspondem a instrumentos financeiros não derivativos designados nesta categoria, ou a instrumentos financeiros que não são classificados como clientes e outras contas a receber, ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Estes instrumentos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade. Quando os ativos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sujeitos a perdas de imparidade, os ajustamentos cumulativos de justo valor são incluídos em resultados como ganhos e perdas em investimentos financeiros.

2.9.4 Operações de factoring e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.9.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.9.6 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da entidade.

2.11 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas, ou até ao limite de compensação dos efeitos de liquidação de passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, estes não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para

controlar o período de reversão da diferença temporária, e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.13 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes de prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de conclusão ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

2.14 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.15 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expeável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.16 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nessa base. O principal responsável pela tomada de decisão do Grupo é o Conselho de Administração.

2.17 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.18 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo número total de ações deduzido do número de ações próprias.

2.19 Capitalização de juros

Os custos de empréstimos relativos a ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo se encontre em condição de uso, sendo os restantes custos com empréstimos reconhecidos, quando ocorrerem, em resultados do exercício.

2.20 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.21 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por

este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe, numa ótica de mera prudência, a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

O Grupo mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Porcentagem efetiva em	
		31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Lisgráfica, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica, S.A.	Barcarena	100	100

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Revistas	2.719.988	2.771.158
Jornais e suplementos	815.162	843.209
Catálogos e folhetos	876.121	813.123
Listas	100.054	59.321
Outros	185.111	137.144
	<u>4.696.436</u>	<u>4.623.955</u>

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31 março de 2016</u>	<u>31 março de 2015</u>
Aluguer de instalações (a)	151.292	151.292
Imputações de custos (b)	20.081	19.400
Outros proveitos operacionais	<u>3.631</u>	<u>28.259</u>
	<u><u>175.004</u></u>	<u><u>198.951</u></u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações do Grupo que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica foi determinada como segue:

	<u>31 de março de 2016</u>	<u>31 de março de 2015</u>
Mercadorias	-	3 156
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>1 461 988</u>	<u>1 382 105</u>
	<u><u>1 461 988</u></u>	<u><u>1 385 261</u></u>

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica teve a seguinte composição:

	<u>31 março de 2016</u>	<u>31 março de 2015</u>
Subcontratos	101 347	90 398
Eletricidade	360 314	353 545
Combustíveis e outros fluídos	104 197	122 658
Rendas e alugueres (a)	390 955	473 354
Transportes de mercadorias	40 100	54 411
Conservação e reparação	169 894	106 831
Trabalhos especializados	107 373	114 330
Outros	<u>142 277</u>	<u>140 067</u>
	<u><u>1 416 457</u></u>	<u><u>1 455 594</u></u>

(a) Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica inclui o montante de 122.127 euros decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 26).

Locações operacionais

Em 31 de março de 2016 e 2015, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), atualmente denominada NB – Património, S.A., pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas, pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008, 30 de novembro de 2010, acordo de 29 de abril de 2013, no qual se reduziu a área ocupada em cerca de 3.500 m² e acordo de 12 de outubro de 2015, onde se fixaram os valores de rendas mensais até final de 2017.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos a contratos de locação operacional, são conforme segue:

	31 março de 2016		
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	360 363	29 400	389 763

	31 março de 2015		
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	452 127	21 227	473 354

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, os custos com o pessoal foram os seguintes:

	31 março de 2016	31 março de 2015
Salários e remunerações:		
Órgãos sociais	92 075	92 075
Pessoal	1 026 076	982 256
Encargos sobre remunerações	254 122	248 556
Outros custos com o pessoal	135 365	172 835
	<u>1 507 638</u>	<u>1 495 722</u>

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015, o número de trabalhadores ao serviço do Grupo foi de 215 e 232, respetivamente.

10. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015, tem a seguinte composição:

	31 março de 2016	31 março de 2015
Impostos (a)	19 588	24 574
Descontos de pronto pagamento concedidos	23 109	27 927
Correções relativas a exercícios anteriores	254	1 103
Despesas não documentadas	213	-
Regularização do desconto da dívida (PER):		
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	126 408	135 007
Outros passivos correntes e não correntes (Nota 23)	193 828	96 000
Regularização IVA (PER) (b)	7 086	-
Outros	426	686
	<u>370 912</u>	<u>285 297</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos a imposto do Selo sobre transações bancárias, nomeadamente, juros financiamento, emissão de letras e garantias.

(b) Montante referente à regularização do IVA sobre o perdão da dívida (PER) por parte de alguns fornecedores.

11. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	31 março de 2016	31 março de 2015
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	172 862	194 038
Regularização do desconto da dívida (PER):		
Financiamentos (Nota 21)	128 430	211 178
Locações financeiras (Nota 22)	71 629	71 694
Regularização do desconto da dívida (Outros):		
Financiamentos (Nota 21))	255	255
Locações financeiras (Nota 22)	22 846	28 303
Outros custos financeiros	26 451	-
	<u>422 473</u>	<u>505 468</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	11	9 228
Outros proveitos financeiros	2 100	3 851
	<u>2 111</u>	<u>13 079</u>
Proveitos/custos financeiros, líquidos	<u>(420 362)</u>	<u>(492 389)</u>

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no trimestre findo em 31 de março de 2016, foi como segue:

	Ativos por impostos	Passivos por				Total
	impostos diferidos	impostos diferidos				
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsídios do governo	Desconto das dívidas PER	Desconto de outras dívidas	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	168 154	168 154	2 965	3 272 137	262 938	3 706 194
Aumento em resultados	-	-	-	-	-	-
Redução em resultados	6 228	6 228	-	117 067	5 197	128 492
Saldo em 31 março de 2016	161 926	161 926	2 965	3 155 070	257 741	3 577 702

Em 31 de março de 2016, os passivos por impostos diferidos no montante de 161.926 euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos. A expectativa do Grupo é a de que o excedente daquele valor relativo aos prejuízos fiscais reportáveis não é realizável ou exigível no período de reversão das respetivas diferenças temporárias.

Outras informações:

No exercício de 2007, a Lisgráfica foi alvo de liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC e Imposto Municipal sobre Transmissões ("IMT") referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 260.000 euros, tendo sido dado como penhor um equipamento no montante de 350.853 euros (Nota 28). A Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que aquelas não têm fundamento, tendo inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direção Geral dos Impostos a liquidação adicional referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Lisgráfica não constituiu qualquer provisão para aquele efeito.

Em 2014, a Lisgráfica foi alvo de uma inspeção pela Autoridade Tributária (AT) às contas do exercício de 2012 e 2013. No entanto, no seguimento dos relatórios emitidos em 2015, a Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, reclamou as duas correções identificadas as quais resultaram em liquidações adicionais de IRC (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 235.576 euros (147.403 euros em 2012 e 88.173 euros em 2013), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária. Em face dos factos, a Lisgráfica considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do trimestre findo em 31 de março de 2016.

14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações e de aquisições nos montantes de 247 890 euros e 14 258 euros, respetivamente.

15. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 março de 2016		31 dezembro de 2015	
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA				
("Rasográfica") (Nota 26) (a)	1 721 952	-	1 721 952	1 765 023
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA				
("Gestprint") (Nota 26)	5 477 327	(5 477 327)	-	-
NB Património, S.A. (Ex - ESAF) (b)	1 580 223	-	1 580 223	1 580 223
Grafimadeira, S.A.	196 769	-	196 769	208 815
Depósitos a prazo (c)	85 317	-	85 317	85 317
	<u>9 061 588</u>	<u>(5 477 327)</u>	<u>3 584 261</u>	<u>3 639 458</u>

- (a) O montante apresentado inclui 1.260.000 euros corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato de arrendamento pelo que foi registado como não corrente.
- (b) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a NB Património, S.A (ex - ESAF). No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado como não corrente.
- (c) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).

16. EXISTÊNCIAS

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 março de 2016		31 dezembro de 2015	
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	<u>305.051</u>	<u>305.051</u>	<u>326.235</u>	<u>326.235</u>
	<u>305.051</u>	<u>305.051</u>	<u>326.235</u>	<u>326.235</u>

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 março de 2016			31 dezembro de 2015				
	Valor bruto	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade (Nota 28) Valor líquido	Valor bruto	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade (Nota 28) Valor líquido	Valor líquido	
Não correntes:								
Cientes	5 449 634	(15 444)	(4 630 025)	804 165	5 449 634	(15 444)	(4 630 025)	804 165
	<u>5 449 634</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(4 630 025)</u>	<u>804 165</u>	<u>5 449 634</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(4 630 025)</u>	<u>804 165</u>
Correntes:								
Cientes	12 189 918	(5 566)	(7 892 348)	4 292 004	12 048 866	(5 566)	(7 930 280)	4 113 020
Rappel a liquidar	(303 744)	-	-	(303 744)	(308 505)	-	-	(308 505)
	<u>17 335 808</u>	<u>(5 566)</u>	<u>(7 892 348)</u>	<u>3 988 260</u>	<u>11 740 361</u>	<u>-</u>	<u>(7 930 280)</u>	<u>3 804 515</u>
Total	<u>22 785 442</u>	<u>(21 010)</u>	<u>(12 522 373)</u>	<u>4 792 425</u>	<u>17 189 995</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(12 560 305)</u>	<u>4 608 680</u>

18. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 março de 2016	31 dezembro de 2015
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	327 729	315 327
Rasográfica (Nota 26)	807 250	808 183
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	11 182	11 182
Seguros	41 135	18 950
Imposto sobre o valor acrescentado	249 008	307 035
Outros diferimentos	73 487	995
Adiantamentos a fornecedores	36 635	36 635
Adiantamentos ao pessoal	14 132	13 732
	<u>1 560 558</u>	<u>1 512 039</u>

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Numerário	3 700	3 700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	805 523	957 717
Caixa e depósitos bancários	809 223	961 417
Descobertos bancários (Nota 20)	(43 227)	-
Caixa e seus equivalentes	765 996	961 417

20. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aplicação resultado 2015	Aquisição ações próprias	Resultado líquido do período	Saldo em 31 de março de 2016
Capital	9 334 831	-	-	-	9 334 831
Ações próprias	(527 531)	-	-	-	(527 531)
Reserva legal	1 866 966	-	-	-	1 866 966
Outras reservas	7 923 900	-	-	-	7 923 900
Resultados transitados	(35 349 797)	(1 465 584)	-	-	(36 815 381)
Excedentes de revalorização de ativos	34 955	-	-	-	34 955
Outras variações no capital próprio	5 152 807	-	-	-	5 152 807
Resultado consolidado líquido do período	(1 465 584)	1 465 584	-	(518 952)	(518 952)
	<u>(13 029 453)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(518 952)</u>	<u>(13 548 405)</u>

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº. de ações	Porcentagem
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A.	95 196 620	50,99%
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	72 223 016	38,68%
Outros, inferior a 10% do capital	19 276 984	10,33%
	<u>186 696 620</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa detinha 1.387.459 ações próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas – Esta rubrica resulta, da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas

seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Passivos	Passivos	Passivos	Passivos
	não correntes	correntes	não correntes	correntes
Financiamentos bancários (a)	7 800 582	941 305	7 664 560	963 831
Outros financiamentos (b)	1 104 886	55 407	1 077 782	55 407
Descobertos bancários	-	43 227	-	-
Factoring (c)	-	2 640 708	-	2 570 341
Letras descontadas (d)	461 952	172 284	505 023	172 284
Cheques pré-datados (e)	-	319 115	-	244 275
Juros a liquidar	-	-	-	53 365
	<u>9 367 420</u>	<u>4 172 046</u>	<u>9 247 365</u>	<u>4 059 503</u>

A rubrica de empréstimos obtidos registou nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 o impacto de 128 430 euros e 211 178 euros, respetivamente, resultantes da regularização do desconto da dívida PER (Nota 11).

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

(a) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	31 março de 2016			31 dezembro de 2015		
	Passivos	Passivos	Total	Passivos	Passivos	Total
	não correntes	correntes		não correntes	correntes	
Novo Banco (i)	185 196	32 243	217 439	188 148	32 381	220 529
BCP (i)	6 258 899	607 345	6 866 244	6 091 765	652 966	6 744 731
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (i)	160 659	27 971	188 630	148 972	28 091	177 063
Montepio Geral ("Montepio") (i)	50 801	10 283	61 084	61 415	10 281	71 696
Banco Popular, S.A. ("BP") (i)	27 503	4 517	32 020	32 327	4 543	36 870
Banif (i)	386 023	81 376	467 399	381 471	81 724	463 195
CGD (i)	291 283	45 897	337 180	293 751	45 916	339 667
Banco Efisa (i)	102 015	17 761	119 776	104 943	17 837	122 780
BCP (ii)	<u>338 203</u>	<u>113 912</u>	<u>452 115</u>	<u>361 768</u>	<u>90 092</u>	<u>361 768</u>
	<u>7 800 582</u>	<u>941 305</u>	<u>8 741 887</u>	<u>7 664 560</u>	<u>963 831</u>	<u>8 538 299</u>

(i) Montantes relativos aos financiamentos, concedidos pelas várias entidades bancárias acima identificadas, que se encontram ao abrigo do PER, ajustados após o perdão da dívida, e o respetivo desconto da dívida com referência a 31 março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. A aplicação do definido no Plano Especial de Recuperação implicou o reconhecimento de um perdão de dívida de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos à data, o qual teve efeito nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013.

Estes empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 2% a regularizar da seguinte forma:

- 90 % em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de pagamento de capital e juros vincendos por um período de 24 meses, tendo-se iniciado a amortização em maio de 2015, excepto para o BCP que apenas se iniciará em maio de 2016, em virtude da renegociação efetuada em 2015 relativa ao plano de reembolso e para a Caixa Geral de Depósitos cuja amortização apenas se iniciou em janeiro de 2016;
- 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.

- (ii) Financiamento concedido pelo BCP em julho de 2014, no montante de 600.000 euros, sob a forma de mútuo, a regularizar em 80 prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor a 3 meses mais um spread de 2%, iniciando-se a amortização em abril de 2016.

Em 31 de março de 2016, o plano de reembolso (capital + juros) dos empréstimos obtidos é o seguinte:

	31 de março de 2016
2016	816 853
2017	1 370 414
2018	1 350 101
2019	1 329 787
2020	1 309 471
2021 e seguintes	9 502 069
	<u>14 861 842</u>
Total	<u>15 678 695</u>

De acordo com o artigo 218.º do Código da Insolvência e da Recuperação da Empresa, as moratórias e os perdões previstos nos Planos de Recuperação e de Revitalização pela Lisgráfica ficam sem efeito quando as condições e / ou as prestações estabelecidas ou previstas em tais Planos não forem cumpridas. Consequentemente, em caso do incumprimento do Plano de Revitalização pela Lisgráfica, os Bancos poderão exigir à Empresa o pagamento da dívida total inicialmente reclamada e reconhecida pelo Administrador Judicial Provisório (acrescida de eventuais juros aplicáveis) sem a aplicação de qualquer perdão.

- (b) Em 31 março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros financiamentos" tem a seguinte composição:

	31 de março de 2016		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	405 218	55 407	460 625
Acionistas (ii)	100 000	-	100 000
Clientes no âmbito da aplicação do PER (iii)	599 668	-	599 668
	<u>1 104 886</u>	<u>55 407</u>	<u>1 160 293</u>

	31 de dezembro de 2015		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	394 873	55 407	450 280
Acionistas (ii)	100 000	-	100 000
Clientes no âmbito da aplicação do PER (iii)	582 909	-	582 909
	<u>1 077 782</u>	<u>55 407</u>	<u>1 133 189</u>

- (i) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tinha um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de dezembro de 2014, o Grupo amortizou 4.449.662 euros e encontra-se em dívida o montante de 717.545 euros (valor nominal), cuja regularização se encontra prevista ao abrigo do PER, nos termos e condições aprovados:
- . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 31 de março de 2016, não foi iniciado o pagamento pois aguarda a assinatura do contrato;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos.
- O montante em dívida foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 euros (Nota 27). O Grupo mantém também um depósito a prazo, no montante de 85.317 euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida quantia (Nota 15) uma vez que terá de ser 25% desta.
- (ii) O Grupo, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso, com início em junho de 2017.
- (iii) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso. Em 31 de março de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 16 759 euros (Nota 11)

- (c) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 319 115 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

22. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>2 534 288</u>	<u>354 152</u>	<u>2 514 228</u>	<u>288 228</u>

Relativamente aos contratos de locação financeira celebrados com o MillenniumBCP, em virtude da renegociação efetuada em 2015, apenas se iniciará a amortização de capital a partir de maio de 2016.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015, a rubrica de Credores por locações financeiras registou o impacto resultante do PER de 71 629 euros e 71 694 euros, respetivamente, referente à regularização do desconto da dívida PER (Nota 11).

Adicionalmente, relativamente a locações financeiras efetuadas após PER, há a registar a regularização do montante do desconto da dívida em 22.846 euros e 28 303 euros, respetivamente. (Nota 11).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as locações financeiras têm o plano de reembolso (capital + juro) seguinte:

	<u>31 de março de 2016</u>
2016	274.070
2017	401.546
2018	395.418
2019	389.288
2020	383.158
2021 e seguintes	<u>3.073.192</u>
	<u>4.642.602</u>
Total	<u>4.916.672</u>
Encargo financeiro suportado	<u>(2.028.232)</u>
Valor atualizado locações financeiras	<u>2.888.440</u>

	<u>31 dezembro de 2015</u>
2015	307.122
2016	401.546
2017	395.418
2018	389.288
2019	383.158
2020 e seguintes	<u>3.073.192</u>
	<u>4.642.602</u>
Total	<u>4.949.724</u>
Encargo financeiro suportado	<u>(2.147.168)</u>
Valor atualizado locações financeiras	<u>2.802.556</u>

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Passivos correntes</u>		<u>Passivos não correntes</u>	
	<u>31 março de 2016</u>	<u>31 dezembro de 2015</u>	<u>31 março de 2016</u>	<u>31 dezembro de 2015</u>
Sector público estatal (a)	1 128 144	1 237 985	2 599 220	2 528 276
Credores diversos				
Indemnizações a liquidar	232 520	313 280	-	-
Contrato de impressão (b)	282 119	282 119	675 276	682 900
Proveitos diferidos:				
Subsidio ao investimento	<u>13177</u>	<u>13 177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1 655 960</u>	<u>1 846 561</u>	<u>3 274 496</u>	<u>3 211 176</u>

(a) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos correntes		Passivos não correntes	
	31 março de 2016	31 dezembro de 2015	31 março de 2016	31 dezembro de 2015
Imposto sobre o valor acrescentado	-	4 327	-	-
Contribuições para a segurança social	182 894	244 012	-	-
Impostos sobre rendimentos pessoais individuais	69 266	108 901	-	-
Dívidas integradas em planos de pagamentos:				
Segurança Social (i)	232 968	232 968	2 126 787	2 049 243
Autoridade Tributária (i)	113 088	113 089	472 433	479 033
Juros a liquidar - dívidas integradas em planos de	526 757	532 302	-	-
Outros	3 171	2 386	-	-
	<u>1 128 144</u>	<u>1 237 985</u>	<u>2 599 220</u>	<u>2 528 276</u>

(i) No exercício de 2003, o Grupo solicitou à Segurança Social e Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de Revitalização, as dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e estão a ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:

. Autoridade Tributária (AT) :

.Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em agosto de 2013;

.Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03.

. Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :

. Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em maio de 2014;

. Perdão de 80% dos juros vencidos.

De forma a garantir parte das prestações, o Grupo mantém ativa a seguinte garantia bancária:

. 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social.

Em 31 de março de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 151.453 euros (Nota 10).

Desde a apresentação do PER que as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS têm sido liquidadas atempadamente.

(b) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, este montante corresponde a um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 euros até outubro de 2022 (Nota 13). Em 31 de março de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 42 375 euros (Nota 10).

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2016</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente	3 682 865	3 435 335
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	581 981
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	54 869
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	117 598
Outros credores:		
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	1 224 285
Fornecimentos e serviços externos	-	434 290
Outros e gastos e perdas	-	101 133
	<u>3 682 865</u>	<u>5 949 491</u>
	<u>31 de dezembro de 2015</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente	3 673 047	3 515 846
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	595 468
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	56 858
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	12 191
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	1 077 917
Fornecimentos e serviços externos	-	332 216
Outros e gastos e perdas	-	105 291
	<u>3 673 047</u>	<u>5 805 507</u>

Em 31 de março de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida resultantes do PER do PER foi de 126 408 euros (Nota 10)

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 março de 2016		31 dezembro de 2015	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Pagamento especial por conta	357 650	-	336 580	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	49 824	-	45 770
	<u>357 650</u>	<u>49 824</u>	<u>336 580</u>	<u>45 770</u>

Em virtude de não ser possível a recuperação dos pagamentos especiais por conta pela via dos resultados fiscais gerados em períodos futuros, a Lisgráfica submeteu requerimentos à Administração Fiscal (AT) para efeitos do seu reembolso, aguardando as respetivas inspeções para os exercícios de 2010, 2011, 2013 e 2014, tendo sido suportado o custo de 20.890 euros para esse efeito.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Foram identificadas como partes relacionadas do Grupo as seguintes entidades:

. Acionistas:

- Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, SA
- Gestprint – Gestão de Participações Sociais, S.A

. Conselho de Administração

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

	31 de março de 2016					
	Saldos				Transações	
	Outros ativos não correntes	Outros ativos correntes	Fornecedores e contas a pagar	Empréstimos obtidos	Fornecimentos e serviços externos	Custos com pessoal
(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 24)	(Nota 21)	(Nota 8)	(Nota 9)	
Acionistas:						
Rasográfica (a)	172 195	807 250	-	100 000	122 127	-
Gestprint (b)	5 477 327	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	324 552	-	-	92 075
	<u>7 199 279</u>	<u>807 250</u>	<u>324 552</u>	<u>100 000</u>	<u>122 127</u>	<u>92 075</u>

31 de dezembro de 2015

	Saldos				Transações	
	Outros ativos não correntes	Outros ativos correntes	Fornecedores e contas a pagar	Empréstimos obtidos	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 24)	(Nota 21)	(Nota 8)	(Nota 9)
Acionistas:						
Rasográfica (a)	1 765 023	808 183	-	100 000	488 508	-
Gestprint (b)	5 477 327	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	324 552	-	-	515 085
	<u>7 242 350</u>	<u>808 183</u>	<u>324 552</u>	<u>100 000</u>	<u>488 508</u>	<u>515 085</u>

(a) O montante de 2.529.202 euros é constituído por:

- 1.260.000 euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato pelo que foi registado como não corrente;
- 1.269.202 euros dos quais 634.236 euros se encontram titulados por 2 letras descontadas numa instituição financeira. O montante de 461.952 euros foi registado como não corrente.

(b) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa tem a receber da Gestprint o montante de 5.477.227 euros, o qual tem constituída perda por imparidade de igual montante, por se ter concluído não haver viabilidade do seu recebimento devido à incapacidade financeira da devedora.

O montante de 122.127 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em 30 de setembro de 2017 (Nota 8).

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

27. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2.889.135 euros que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2 540 548	2 540 548
IAPMEI (b)	Banif	341267	341267
Câmara Municipal de Almada (c)	BES	7 320	7 320
		<u>2 889 135</u>	<u>2 889 135</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23).
 (b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 21).
 (c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos bancários	20 240 000	20 240 000
Locações financeiras	140 785	140 785
Fornecedores	-	275 809
Estado e outros entes públicos	3 234 137	2 936 351
	<u>23 614 922</u>	<u>23 592 945</u>

Em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, em 2010, a Empresa prestou diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela NB Património, S.A. (ex - ESAF), para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

28. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade no trimestre findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	Cientes e contas a receber (Nota 17)	Outros ativos não correntes (Nota 15)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12 560 305	5 477 327	18 037 632
Aumentos	-	-	-
Reduções	-	-	-
Utilizações	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2016	<u>12 560 305</u>	<u>5 477 327</u>	<u>18 037 633</u>

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 foi negativo de 0,0028 euros e negativo de 0,0041 euros, respetivamente.

	<u>31 março de 2016</u>	<u>31 março de 2015</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(518 952)</u>	<u>(762 371)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186 696 620	186 696 620
Número de ações próprias	(1 387 459)	(1 387 459)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído	<u>185 309 161</u>	<u>186 199 325</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0028)	(0,0041)
Diluído	(0,0028)	(0,0041)

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2016, tem a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2016</u>	<u>31 de março de 2015</u>
Imposto corrente	4 056	4 429
Imposto diferido (Nota 12)	<u>(122 264)</u>	<u>(116 241)</u>
	<u>(118 208)</u>	<u>(111 812)</u>

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	Não auditado	
		31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	13	2 081 448	2 164 800
Ativos fixos tangíveis	14	7 417 014	7 650 646
Investimentos financeiros		273	197
Ativos por impostos diferidos	12	161 926	168 154
Clientes e contas a receber	17	804 165	804 165
Outros ativos não correntes	15	3 584 261	3 639 378
Total de ativos não correntes		<u>14 049 087</u>	<u>14 427 340</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Existências	16	305 051	326 235
Clientes e contas a receber	17	3 988 260	3 804 515
Outros ativos correntes	18	1 560 558	1 512 039
Imposto sobre o rendimento	27	357 650	336 580
Caixa e seus equivalentes	19	809 233	961 417
Total de ativos correntes		<u>7 020 752</u>	<u>6 940 786</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>21 069 839</u></u>	<u><u>21 368 126</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	20	9 334 831	9 334 831
Reservas	20	8 769 724	8 769 724
Resultados transitados		(31 134 008)	(29 668 424)
Resultado consolidado líquido do período		(518 952)	(1 465 584)
Total do capital próprio		<u>(13 548 405)</u>	<u>(13 029 453)</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	21	9 367 420	9 247 365
Locações financeiras	22	2 534 288	2 514 228
Outros passivos não correntes	23	3 274 496	3 211 176
Fornecedores e contas a pagar	24	3 682 865	3 673 047
Passivos por impostos diferidos	12	3 577 702	3 706 194
Total de passivos não correntes		<u>22 436 771</u>	<u>22 352 010</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	21	4 172 046	4 059 503
Locações financeiras	22	354 152	288 228
Fornecedores e contas a pagar	24	5 949 491	5 805 507
Outros passivos correntes	23	1 655 960	1 846 561
Imposto sobre o rendimento	25	49 824	45 770
Total do capital próprio e do passivo		<u>12 181 473</u>	<u>12 045 569</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>21 069 839</u></u>	<u><u>21 368 126</u></u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE MARÇO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado	
		31 de março de 2016	31 de março de 2015
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas e prestações de serviços	5	4 696 436	4 623 955
Outros proveitos operacionais	6	175 004	198 951
Total de proveitos operacionais		<u>4 871 440</u>	<u>4 822 906</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	7	(1 461 988)	(1 385 261)
Fornecimentos e serviços externos	8	(1 416 457)	(1 455 594)
Custos com o pessoal	9	(1 507 638)	(1 495 722)
Depreciações e Amortizações	13 e 14	(331 243)	(582 826)
Perdas por imparidade em inventários	23	-	-
Perdas por imparidade em clientes e outras contas a receber	23	-	-
Outros custos operacionais	10	(370 912)	(285 297)
Total de custos operacionais		<u>(5 088 238)</u>	<u>(5 204 700)</u>
Resultados operacionais		<u>(216 798)</u>	<u>(381 794)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(420 362)	(492 389)
Resultados antes de impostos		<u>(637 160)</u>	<u>(874 183)</u>
Imposto sobre o rendimento do período	32	118 208	111 812
Resultado consolidado líquido do período		<u>(518 952)</u>	<u>(762 371)</u>
Rendimento integral		<u>(518 952)</u>	<u>(762 371)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		<u>(518 952)</u>	<u>(762 371)</u>
Resultado por ação			
Básico	30	(0.0028)	(0.0041)
Diluído	30	(0.0028)	(0.0041)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Não auditado								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização ativos	Outras variações no capital próprio	Resultado consolidado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9 334 831	(527 531)	1 866 966	7 923 900	(31 721 179)	34 955	5 152 807	(3 628 620)	(11 563 869)
Aplicação do resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	(3 628 620)	-	-	3 628 620	-
Aquisição ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(1 465 584)	(1 465 584)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>7 923 900</u>	<u>(35 349 799)</u>	<u>34 955</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(1 465 584)</u>	<u>(13 029 453)</u>
Aplicação do resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2015	20	-	-	-	(1 465 584)	-	-	1 465 584	-
Aquisição ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de março de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(518 952)	(518 952)
Saldo em 31 de março de 2016	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>7 923 900</u>	<u>(36 815 383)</u>	<u>34 955</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(518 952)</u>	<u>(13 548 405)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de março de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 31 DE MARÇO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado	
		31 de março	31 de março
		de 2016	de 2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5 158 715	5 252 788
Pagamentos a fornecedores		(3 238 818)	(3 018 717)
Pagamentos ao pessoal		(1 620 739)	(1 891 240)
Fluxos gerados pelas operações		299 158	342 831
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(20 571)	(20 816)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à atividade operacional		(183 491)	(54 378)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>95 096</u>	<u>267 637</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(75 000)	-
Ativos fixos tangíveis		-	(15 000)
Juros e proveitos similares		-	-
		<u>(75 000)</u>	<u>(15 000)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Acionistas		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(75 000)</u>	<u>(15 000)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	-
Outros empréstimos		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(42 671)	-
Amortizações de contratos de locação financeira		(8 490)	-
Juros e custos similares		(121 119)	(138 885)
		<u>(172 280)</u>	<u>(138 885)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(172 280)</u>	<u>(138 885)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(152 184)	113 752
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	961 417	279 163
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	809 233	392 915

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro